

Educação em Direitos e promoção da saúde mental para pessoas em situação de rua: um estudo sobre o projeto RenovAÇÃO – vulnerabilidade Social – POP RUA da Defensoria Pública do Distrito Federal

Education in rights and promotion of mental health for people in situation of the street: a study on the project Renewal of the Public Defender's Office of the Federal District

Roberta de Ávila Silva Porto Nunes*

Resumo: Este artigo busca apresentar reflexões e resultados do Projeto RenovAÇÃO no eixo Vulnerabilidade Social, voltado para pessoas em situação de rua, instituído e desenvolvido pela Defensoria Pública do Distrito Federal. O projeto foi implantado em outubro de 2017 e executado até o período de novembro de 2018, perfazendo um total de 14 turmas com 271 participantes, dentre eles pessoas em situação de rua, reeducandos da FUNAP, porta-vozes da Revista Traços, educadores sociais da Abordagem Social do Instituto Ipês e acolhidos e profissionais da Casa Santo André. A metodologia de trabalho utilizada no Projeto foi a de grupo reflexivo e psicoeducativo, que propiciou um espaço que se abre para a subjetividade e para as trocas dentro de uma coletividade que convive e reflete por meio do diálogo, do vínculo, do afeto e da ação. O presente estudo buscou verificar em que medida o Projeto RenovAÇÃO – Vulnerabilidade Social – POP RUA proporcionou educação em direitos e promoção de saúde mental para os participantes. Os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração deste artigo foram a pesquisa bibliográfica acerca do tema e a análise documental, com base nos relatórios do Projeto e nos relatos (por escrito e gravados de áudios) dos participantes do RenovAÇÃO, no material institucional de avaliação do Projeto. A partir da análise desse material, as conclusões apontaram para dimensões de aprendizagens e desenvolvimento humano das capacidades reflexivas e a concretização da cidadania, restabelecendo laços sociais, institucionais e de redes de apoio pautados na função social da Instituição, que assegura o direito à assistência jurídica como instrumento de efetivação dos direitos que integram o mínimo existencial, transpondo-os do texto normativo para o mundo da vida e dos fatos, operando na lógica do direito a ter direitos efetivos. **Palavras-chave:** Educação em Direitos, Defensoria Pública do Distrito Federal, Saúde Mental, Vulnerabilidade Social, Pessoas em Situação de Rua.

Abstract: This article seeks to present reflections and results of the RenovAÇÃO Project in the Social Vulnerability axis aimed at homeless people, instituted and developed by the Public Defender's Office of the Federal District. The project was implemented in October 2017 and executed until the period of November 2018, totaling 14 classes with 271 participants, among them homeless people, reeducating people of FUNAP, spokespersons of Revista Traços, social educators from the Social Approach of the Instituto Ipês and welcomed and professionals from Casa Santo André. The work methodology used in the Project was a reflexive and psychoeducational group, which provides a space that opens to subjectivity and to exchanges within a collectivity that coexists and reflects through dialogue, bonding, affection and action. The present study aimed to verify the extent to which the RenovAÇÃO Project – Social Vulnerability – POP RUA provided education in rights and mental health promotion for the participants. The methodological procedures used for the elaboration of this article were the bibliographical research on the subject and the documental analysis, based on the Project reports and on the reports (in writing and audio recorded) of the participants of RenovAÇÃO, in the institutional evaluation material of the Project. From the analysis of this material, the conclusions pointed to dimensions of learning and human development of reflective capacities and the realization of citizenship, reestablishing social, institutional and support networks ties based on the social function of the Institution, which ensures the right to legal assistance as an instrument for the realization of the rights that they integrate the existential minimum, transposing them from the normative text to the world of life and facts, operating in the logic of the right to have effective rights.

Keywords: Education in Rights; Public Defender's Office of the Federal District; Mental Health; Social Vulnerability; Homeless People.

Recebido em: 01/06/2022
Aprovado em: 29/06/2022

Como citar este artigo:
NUNES, Roberta de Ávila
Silva. Educação em
Direitos e promoção da
saúde mental para
pessoas em situação de
rua: um estudo sobre o
projeto RenovAÇÃO –
vulnerabilidade social –
POP RUA da Defensoria
Pública do distrito
Federal. Revista da
Defensoria Pública do
Distrito Federal, Brasília,
vol. 4, n. 1, 2022, p. 14-24.

* Mestranda em
Desenvolvimento,
Sociedade e Cooperação
internacional
(Universidade de Brasília).

Introdução

A Defensoria Pública, em seu papel de Instituição que cumpre função essencial à Justiça, mas, precipuamente, na sua participação indispensável para a concretude dos objetivos fundamentais da República e como instrumental democrático para o fomento de uma sociedade mais justa, orienta-se para a justiça social como propósito, em razão da sua essencialidade ao quadro existencial humano. Nesse escopo, o olhar sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social, cuja causa isolada ou cumulativa pode ou não ser a pobreza, é de que elas têm assegurado o “direito a ter e exercer os demais direitos”, visto que sem o acesso a “direitos mínimos”, não há que se falar em um padrão de vida condizente com a dignidade da pessoa humana e nem em “liberdade real ou fática” (FENSTERSEIFER, 2008, p. 27).

Em consonância com esse ponto de vista, Rolf Kuntz (2005) destaca que “o indivíduo típico só pode ser pensado como livre, preparado para buscar seus fins e correr seus riscos, quando [há] um arranjo coletivo [que] lhe garanta as condições mínimas necessárias” (KUNTZ, 2005, p. 151). Tal organização requer como imprescindível “neutralizar, pelo menos em relação a alguns requisitos, como educação e saúde, as desvantagens de natureza social, e, quando possível, as de ordem natural, como certas deficiências físicas e intelectuais” (KUNTZ, 2005).

Assim, em uma sociedade cujas desigualdades sociais e raciais são fruto da colonização e das escolhas políticas do nosso passado segregador, opressor e elitista, cabe-nos questionar sobre que vidas importam para além da própria sobrevivência biológica da pessoa humana (SARLET, 2007). Acrescente-se ainda o fato de que o racismo estrutural, responsável por afetar todos os setores públicos e privados da nossa sociedade, gera, cada vez mais, como subproduto dos meios de produção, pessoas em situação de rua. E essas pessoas, por sua vez, precisam ser consideradas em suas múltiplas formas de sobrevivência e enfrentamento da violência e da violação de direitos, às quais estão expostas diariamente.

Face a esse panorama, ecoa a afirmação de Amartya Sen de que aquilo “que nos move, com muita sensatez, não é a compreensão de que o mundo é privado de uma justiça completa – coisa que poucos de nós esperamos – mas a de que à nossa volta existem injustiças claramente remediáveis que queremos eliminar” (SEN, 2000, p. 9). E imbuído do sentimento presente nessas ideias de Sen (2000), é que vicejou o desejo de criação do Projeto RenovAÇÃO Vulnerabilidade Social – POP RUA, a partir da atuação nos atendimentos psicossociais às pessoas em situação de rua, tanto na própria unidade física da Defensoria Pública do Distrito Federal quanto nas ações itinerantes da instituição.

Diante desse cenário, este artigo busca mostrar os resultados de uma experiência e de estudo realizado no Projeto RenovAÇÃO, como uma política pública afirmativa comprometida com a responsabilidade social de promover ações de educação em direitos e promoção da saúde mental para pessoas em situação de vulnerabilidade social e profissionais que trabalham com a temática. O desenvolvimento do Projeto consistiu na oferta de um espaço de pertencimento e ancoragem social, de fortalecimento de redes de apoio e de ensino-aprendizagem por meio de processos de reflexão intersubjetivos que buscaram levar a transformações na realidade social, mediante o viés da psicoeducação.

1. Conhecendo o projeto RenovAÇÃO

O Projeto RenovAÇÃO, elaborado e realizado como um instrumento de ação pública interventiva na vida das pessoas em situação de rua, no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal, teve o objetivo de atender, de forma efetiva, as necessidades de atores peculiares por suas heterogeneidades, de realidades tão distintas e complexas. Parte-se do princípio que a ação pública

(...) busca englobar este conjunto de atores heterogêneos e suas interrelações estabelecidas em contextos democráticos. (...) retira a unicidade do Estado na responsabilidade de formulação e execução das políticas públicas e, simultaneamente, coloca a participação social no centro do debate, bem como a existência de múltiplos níveis de (re) formulação estratégica e de execução das políticas públicas. Não se trata de diminuir ou ampliar o papel do Estado, mas de reconhecer nessa instituição uma ação intransferível – é no Estado, por intermédio de sua Constituição, que os direitos individuais e coletivos estão salvaguardados e protegidos (LIMA; RODRIGUES, 2017, p. 300).

Ao buscarem os serviços da Defensoria Pública, os indivíduos em situação de rua revelam-se afetados por intenso sofrimento psíquico e por diversas formas de violações de direitos humanos, tornando-se imprescindível instrumentalizá-los na educação em direitos e implicá-los em cuidados com sua saúde.

Nesse sentido, a Defensoria foi o espaço apropriado para a concretização dessa ação prática na vida das pessoas em situação de rua no período compreendido entre outubro de 2017 e novembro de 2018. Assegurando o protagonismo da referida população, o desenvolvimento do Projeto se deu no sentido de implementar ações visando promover a inclusão social e o exercício

da plena cidadania. Ademais, buscou oportunizar a participação daqueles atores em ações que fomentam os desígnios de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Por isso, cabe demonstrar que a justiça e a educação – ao lado de tantas outras dimensões – estão atreladas e desempenham um papel basilar na luta pela construção de uma sociedade fundada na igualdade e na integralidade dos cuidados. Não deveria interessar a ninguém o desequilíbrio social, uma vez que ele coloca em risco maior a saúde mental coletiva, em especial, das pessoas em situação de rua, que já enfrentam graves problemas, como o preconceito social, a falta de cuidados familiares e expressões da pobreza que afetam sua estrutura psicológica. Todos esses fatores podem acarretar um adoecimento psíquico crônico, impactando na vida dessas pessoas e em toda a sociedade.

Apurou-se que, por meio da metodologia de grupos reflexivos e psicoeducativos, com afeto, acolhimento e vínculo, os participantes se ajudaram mutuamente nas mais diversas expressões, estimulando a “capacidade de enfrentarem problemas a partir de suas condições concretas de vida” (CAMPOS, 2013, p. 70). As ações puderam promover nos participantes a ampliação de sua visão crítica e política acerca de suas condições, no sentido de que pudessem transcender suas dores, por meio do aprendizado e ressignificação de seus sofrimentos gerados pela exclusão, miserabilidade e demais vulnerabilidades sociais. Consequentemente, tais ações puderam favorecer a resiliência, a resistência e a luta por seus direitos e reconhecimento, desenvolvendo estratégias que os ajudassem a intervir em suas realidades e no contexto social do qual fazem parte.

O Projeto RenovAÇÃO buscou transformar a realidade social, na medida em que desenvolveu a capacidade de reflexão e autoconhecimento, promovendo a compreensão dos comportamentos e suas consequências. Também incentivou a reflexividade, atuando na reconstrução da autoestima e no desenvolvimento de projetos de vida. Além disso, despertou o olhar crítico e a consciência social para a autonomia e a tomada consciente de decisões na vida.

Como o trabalho transcorreu em grupo, dado o caráter psicoeducativo e reflexivo da convivência, os participantes do Projeto precisaram se envolver nele de maneira cooperativa e participativa. Desse modo, puderam criar condições de investigar sua própria prática de forma crítica e reflexiva e, nela, buscar estratégias que visassem solucionar problemas e oferecer contribuições para a mudança social. Nessa caminhada, o que se pretendeu efetivamente foi produzir mudanças e compreensão/reflexão por meio da tríade afeto-reflexão-ação.

2. Grupo reflexivo e psicoeducativo

O Grupo Reflexivo é um dispositivo psicoeducativo “que constitui um espaço de inclusão de sentimentos, da subjetividade e das relações em um sistema grupal de convivência e reflexão” (ACOSTA *et al.*, 2004, p. 23). Esse espaço se cria por meio da troca de experiências, vivências, sentimentos e histórias semelhantes que possibilitam identificações e diferenciações que viabilizam a construção de alternativas de vida.

No escopo do Grupo Reflexivo do Projeto RenovAÇÃO –Vulnerabilidade Social – POP RUA podem-se enumerar como seus objetivos, entre outros: fortalecer a cidadania e o acesso às informações, construindo canais que permitam o protagonismo de todos; promovendo a melhoria do bem-estar; desenvolver e/ou aprimorar o vínculo interno nas relações humanas, priorizando o diálogo e a cooperação entre todas as pessoas em situação de rua; fornecer ferramentas da Inteligência emocional, da Psicologia Positiva e da Comunicação Não-Violenta, focados no processo de comunicação, melhorando vínculos pessoais, relacionais e sociais. Busca-se ainda: contribuir para a construção de soluções e enfrentamento de problemas e violências; promover o conhecimento e a educação em direitos, o acesso à rede de serviços de saúde, socioassistenciais e a demais políticas públicas; reconhecer estratégias e ferramentas de cuidados e realizar atendimentos/encaminhamentos psicossociais e jurídicos nos casos cabíveis.

A atuação das pessoas em sincronia aumenta a cooperação, fortalecendo a coesão social entre os membros de um grupo. Desse modo, aqueles que estão em sincronia são percebidos como mais similares e também evocam mais compaixão e comportamentos altruístas do que indivíduos enfrentando uma mesma situação difícil, mas não sincronizados. Esse contágio emocional positivo aumenta a cooperação, diminui conflitos e aumenta a desempenho de cada um (WILTERMUTH, 2009, p. 3).

Baseando-se na ideia de que “o ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”, Freitas (2011, p. 39) desenvolveu uma tríade denominada ação-reflexão-ação, que corrobora a ideia de que a teoria e a prática se ligam e são indissociáveis. Assim, busca-se “valorizar toda a experiência prática e teórica que trazem os atores envolvidos em qualquer situação que haja relação e ação entre atores e sujeitos” (FREITAS, 2018, p. 81).

Os encontros do Grupo Reflexivo desenvolvido no Projeto RenovAÇÃO –Vulnerabilidade Social – POP RUA aconteceram em oito encontros de quatro horas, com certificação para os participantes que tiveram 75% de presença. Esses encontros ocorreram na escola da Defensoria Pública do Distrito Federal, com um planejamento desenvolvido em conteúdos, debates e

dinâmicas em grupo. Consoante com essa lógica, utilizou-se uma metodologia interdisciplinar, com abordagem inclusiva, sob a perspectiva de gênero e ampliada pelos determinantes da saúde, com ênfase nas interações entre os indivíduos, grupos e seu ambiente.

Contemplaram-se temáticas estruturadas e pré-estabelecidas em consonância com os direitos humanos, conforme disposto nos seguintes módulos e seus temas de atenção: Módulo I: Ética e Moral aplicados nas desigualdades de gênero; Módulo II: Noções Básicas de Direito e Deveres em Sociedade e Cidadania, Política Nacional para População em Situação de Rua, SUAS/LOAS; Módulo III: Noções Básicas de Direito e Deveres em Sociedade e Cidadania; Módulo IV: Inteligência Emocional/Psicologia Positiva; Módulo V: Saúde Mental, na perspectiva de gênero; Módulo VI: Comunicação Não Violenta 1 e 2; Módulo VII: Racismo, Violência de gênero e violência doméstica e contra a população LGBTTT; e Módulo VIII: Encerramento e avaliação do projeto.

3. Resultados e reflexões do RenovAÇÃO

Os resultados do projeto puderam ser constatados mediante os relatos de seus participantes – por escrito ou degravados de áudios – no material institucional de avaliação do Projeto. Em seus depoimentos, elas e eles próprios se manifestaram envolvidos e gratificados com os encontros em que tomaram parte. Essa satisfação se ratificou no modo positivo como se referiram a esses encontros e no reconhecimento de que as aprendizagens que puderam vivenciar nos grupos foram significativas em seus processos de transformação pessoal. Nesse sentido, P1 viu no Projeto RenovAÇÃO uma reconfiguração de sua vida, com abertura de novas perspectivas, ampliação de suas relações de amizade e inserção social:

Quando entrei no projeto estava sem perspectiva de trabalho, estava na Casa Flor, desiludida com a sociedade que não queria me dar uma chance, tinha que sair em 4 dias, meu período tinha vencido. Só foi mudança boa. Antes eu não tinha vínculos e amizades sociais como eu tenho hoje. Pude sonhar de novo, ajudar minha família na roça, mesmo com pouco. O projeto me ajudou a entender dos meus direitos e ir atrás deles.

As trocas no grupo e as reflexões resultantes das situações de convívio e compartilhamento de experiências foram dando lugar à descoberta de diferentes formas de lidar com situações de

vulnerabilidade e exclusão e abrindo-se à compreensão para novas possibilidades de garantia de direitos. A cada depoimento, os participantes mostraram como compreenderam a proposta metodológica do projeto. Assim, em seu depoimento, P2 relatou que “(...) o conhecimento é compartilhado em 40 horas, separadas em oito encontros, onde cada um trata a ignorância que abre o caminho para o que se chama fenômeno violência contra a mulher. **Atores compartilhando suas histórias em um processo de capacitação e escuta**”. (grifos nossos).

Aliás, esse processo de co-construção e escuta trouxe à tona, em fragmentos de falas apresentadas no vídeo institucional da Defensoria Pública do DF (GDF 2018), experiências vivenciadas pelos participantes do Projeto RenovAÇÃO, cujas trajetórias de vida foram marcadas por situações de extrema vulnerabilidade. E assim se manifestaram em relação a problemas graves de saúde (“...o médico [chegou] pra mim, no leito do hospital, ele diz: “olha, você está praticamente inválido”, P3), ao abandono (“Eu sou uma pessoa que passei 35 anos na rua”, P4), à drogadição (“eu fui parar no fechado, por causa de que eu era viciado e eu tinha que roubar para conseguir sustentar o meu vício”, P5) ou ao convívio com a fome e a mendicância (“eu não tinha vergonha de chegar numa pessoa ‘moço, paga um prato de comida pra mim, que tô com fome’”, P6), entre tantos outros sofrimentos vividos.

Como se infere das falas acima, o público-alvo do Projeto RenovAÇÃO trazia, em suas subjetividades, marcas que denunciavam um passado de sofrimentos, vulnerabilidades e estigmas. Não obstante as experiências em um contexto de exclusão e vulnerabilidade social, essas pessoas viram-se fortalecidas após sua participação no Projeto, sinalizando a importância que o RenovAÇÃO teve em suas vidas e o despertar para o desejo de se renovarem, ante a percepção de que possuíam “altos direitos aí sobre meus direitos que eu tenho como correr atrás e que eu não sabia, e foi através deles que estou correndo atrás de um bocado de coisas mesmo” (P7). É por isso que ao se darem conta da transformação sofrida no modo de se perceberem, puderam afirmar que “a defensoria hoje na minha vida é fundamental (...). O melhor parceiro que a gente tem hoje para o movimento no DF é a defensoria pública”, valorizando o que chamam de “oportunidade”: “eu tava pensando, eu não queria perder o projeto por nada” (P7).

Ao envolver formas específicas de lidar com os problemas frequentes e demais conflitos, o trabalho do Projeto favoreceu assim a promoção do bem-estar das pessoas nele envolvidas, o que pôde impactar na aquisição de novas aprendizagens e informações. Por isso, P8 reconheceu que o RenovAÇÃO “fez uma grande diferença na minha concepção, no pensamento sobre pessoas e fatos. Muito nos ajudou a termos mudança de atitude, mudança na área social. (...) Ele foi de fundamental importância para todos nós”.

Com isso, a ampliação da consciência e um aumento significativo no repertório comportamental dessas pessoas preparou-lhes para estratégias de compensação e enfrentamento em diversas situações de conflitos, maus tratos, estresse e/ou sofrimento psíquico a que são expostas diariamente. E trabalhando com essas vulnerabilidades, também no recorte de gênero, foi possível promover uma escuta ativa, interessada que valorizava a história de vida dessas vítimas, conforme testemunha P9:

O RenovAÇÃO foi um divisor de águas na minha vida (..) [nos] empoderaram enquanto cidadãos brasileiros e também enquanto pessoas trans, dos nossos deveres, nossos direitos, de como acessar esses direitos através da Defensoria Pública, do psicossocial, do jurídico como um todo. Então, o RenovAÇÃO é um treinamento para se viver na sociedade, na democracia (...), sabendo de nossos direitos, nossos deveres, nossa rede de proteção, de acesso (...) sendo elas em situação rua, prostituição, vulnerabilidade social (...). (...) prepara o cidadão, seja de qualquer raça, credo, cor, pra exercer o direito de cidadania dentro da sociedade, ainda mais numa época em que estamos com diminuição de nossos direitos (...) o Projeto RenovAÇÃO (...) é uma rede a mais de proteção em nossa sociedade de hoje (...)

A rede de proteção a mais de que fala P9 pode estar assentada na metodologia utilizada, que se apoiou em estratégias que ecoam a pedagogia dialógica de Paulo Freire (2005[1972]). Sob tal perspectiva, a co-construção de uma situação dialógica e o compartilhamento de vivências similares viabilizaram um afastamento e estranhamento quanto à própria realidade, o que possibilitou um olhar crítico e a busca de soluções alternativas para questões comuns e significativas do grupo (2005[1972]; SZYMANSKI; SZYMANSKI, 2014).

Os resultados exitosos do Projeto RenovAÇÃO puderam ser comprovados com base nos depoimentos colhidos dos participantes, os quais apontaram que as ações desenvolvidas proporcionaram a esses sujeitos uma transformação em nível individual e uma renovação de seus modos de pensar, de seus comportamentos e de suas vidas. Nesse sentido apontou P10, reeducando da FUNAP (Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso), que então trabalhava na Defensoria Pública do DF:

(...) minha experiência de quando eu fui contratado pela FUNAP e vim prestar serviço pra Defensoria foi das melhores possível porque aqui eu aprendi várias coisas, meus direitos, aprendi a dar valor mais nas coisas, no trabalho. (...) eu tive mais cabeça para procurar estudo, pra procurar cursos, qualificação pra minha vida. (...) ajuda muito, você aprende a ter um rumo na sua vida, a valorizar coisas que não valorizava. (...) só tenho a agradecer pela oportunidade.

Esse sentido de experiência exitosa foi reafirmado por P11, que resumiu:

O RenovAÇÃO é um projeto que possibilita o acesso ao conhecimento teórico e ao conhecimento prático. O conteúdo bem selecionado, de fácil acesso e entendimento, profissionais capacitados e sensíveis à causa. (...) uma sala de aula com usuários e profissionais reforçando as trocas, nos permitindo vivenciar mais que um projeto, uma experiência.

Diante dessas avaliações favoráveis, partindo daquelas pessoas a quem o Projeto buscou alcançar e com elas atingir seus objetivos, considerou-se que os benefícios imediatos foram plenamente obtidos. Contudo, em relação aos resultados pretendidos com o Projeto, esses podem ser vislumbrados em curto, médio e longo prazos, procurando, dentro das atribuições da Defensoria Pública do DF, implementar, de forma concreta, as orientações e recomendações contidas no decorrer do trabalho com as turmas, valorizando a experiência prática e teórica de todos os atores. Dessa maneira, considera-se teoria e prática indissociáveis.

Claramente se pode atribuir a eficácia dessa iniciativa à metodologia empregada na estruturação dos encontros, a qual propiciou a criação de vínculos afetivos e garantiu um tempo/espaço de escuta e conexão. Espaço/tempo esse que facilitou o acolhimento, o desenvolvimento do afeto e a aproximação entre todos os participantes envolvidos – usuários/usuários, usuários/profissionais, profissionais/profissionais –, convertendo-se em sensibilização, mudança e compreensão/reflexão por meio da tríade afeto-reflexão-ação.

As reflexões e a avaliação do Projeto RenovAÇÃO propiciaram, no que tange ao atendimento à população em situação de rua, mais um espaço para o exercício da cidadania e para a promoção da saúde mental no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal. Nessa perspectiva, espera-se que políticas públicas sejam efetivamente implementadas para a promoção de acesso a direitos e melhoria da qualidade de vida desse grupo socialmente vulnerável e excluído.

Por fim, é possível afirmar que os princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua foram e são materializados na Defensoria Pública no artigo 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, tendo em vista a finalidade de atender suas funções institucionais, bem como ao postulado do princípio da dignidade da pessoa humana.

4. Conclusões

A vida nas ruas é para muitas pessoas o espaço onde elas passam a existir e a desenvolver suas atividades. Esse espaço propicia a essa população formas de se cuidar e de se resguardar por meio de diferentes vínculos e redes de proteção entre si, visando à sobrevivência e gerando diferenciados graus de inserção nesse lugar de convivência. Afinal, para se viver na rua não é possível o isolamento, por isso se fazem necessárias as trocas e as redes de solidariedade para a sobrevivência e a proteção. Assim sendo, os vínculos se tornam fortes entre tais pessoas, que acabam por desenvolver entre si uma forte conexão, a qual, muitas vezes, não possuíam em casa e com seus familiares.

Nas ruas, as pessoas aprendem a compartilhar as regras e os cuidados desse espaço público, o que fortalece a coletividade e a possibilidade de sensação de pertencimento àquele universo. Geralmente, isso se dá em função do não acesso aos serviços públicos e da demora nas respostas às necessidades fundamentais, tais como inserção no mundo do trabalho, educação, saúde e as variadas formas de violência sofrida cotidianamente. Então, por questão de sobrevivência e resistência, esses fatores contribuem para o forte estabelecimento de vínculos dessas pessoas com a rua. Mas, isso, por si só, está longe de alcançar as condições materiais mínimas para o exercício da liberdade e do conjunto normativo (de direitos fundamentais) de proteção da dignidade da pessoa humana que está em jogo na conformação do mínimo existencial.

Considerando que o Estado deve se voltar para o aperfeiçoamento real da democracia em todas as suas dimensões – sociais, políticas, econômicas, entre outras –, é fundamental a ação pública interventiva, com investimento em políticas públicas orientadas para o enfrentamento dos riscos sociais e para o cuidado com as vulnerabilidades sociais existentes, tendo em vista a saúde coletiva. Para que se alcancem objetivos nesse sentido, é imprescindível que se favoreçam, de forma permanente, a educação em direitos e a promoção da saúde mental, como ações que podem viabilizar o acesso a serviços especializados. A oferta e manutenção de serviços que possibilitariam a mudança do atual cenário, de forma articulada, intersetorial e integrada, constitui condição mínima de garantia de direitos e de transformação social para as pessoas em situação de rua. Condição essa que garantiria o direito à vida e ao mínimo existencial, qual seja: a proteção social para que essas pessoas tenham uma vida digna.

Sob essa perspectiva, mostra-se imprescindível a acessibilidade das pessoas em situações de vulnerabilidade social às políticas públicas e às equipes para a criação de vínculos e laços de confiança para atendimentos humanizados. A possibilidade do cuidado favorece a estratégia da inclusão, mediante ações educativas abrangendo desde autocuidado, higiene, alimentação até os direitos constitucionais que garantem a dignidade dessas pessoas. Também pode oportunizar a

autonomia e a possibilidade de projetos de vida, voltados para as necessidades singulares e contextualizadas de cada indivíduo, com foco na equidade e na integralidade das ações.

Nessa lógica, o Projeto RenovAÇÃO – Vulnerabilidade Social – POP RUA, da Defensoria Pública do Distrito Federal, constituiu um dispositivo de segurança para atenção integral e resolutiva das pessoas em situação de rua. Isso se verificou à medida que pôde ser acessado como um espaço de saúde e de educação, reconhecendo seus usuários como sujeitos de direitos, e mostrando-se como um instrumento facilitador e estratégico no desenvolvimento da autonomia e da inclusão social dos participantes. Nesta lógica, ficou evidente que é possível sim trabalhar com a autonomia desse segmento para seus projetos de vida e suas questões de saúde para além de garantir o acesso aos direitos, ampliar suas consciências e devolver suas dignidades.

Enseja-se, portanto, o fortalecimento do movimento em nível nacional em prol das pessoas em situação de rua, das equipes técnicas e psicossociais, bem como das atuações intra e intersetoriais para a continuidade de ações interventivas. E as finalidades e formas de atuação precisam ser determinadas à medida que as necessidades se apresentam no mundo real e dos fatos. Com isso, é preciso, rumo a uma verdadeira transformação social neste país, evitar o desmonte das políticas públicas e assegurar o enfrentamento, de modo transdisciplinar, dos problemas sociais e estruturais que continuarão a se apresentar nos contornos de nossa esgarçada fragilidade social.

Referências

ACOSTA, Fernando *et al.* *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero: metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. *Saúde Paidéia*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

FENSTERSEIFER, Tiago. *Direitos fundamentais e proteção ambiental: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 49a. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2005 [1972].

FREITAS, Urânia Flores da Cruz. Ação-reflexão-ação: trabalho, formação docente e aprendizagens. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, v. 5, n. 3, p. 80-89, ago. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/265>. Acesso em: 12 mar. 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Defensoria Pública do Distrito Federal. Defender seus direitos é nossa missão. Vídeo institucional. 2'25''. DPDF, 2018.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Defensoria Pública do Distrito Federal. *Projeto RenovAÇÃO – ação mais cidadania*. Brasília: SUAP/NDH/DPDF, 2017.

KUNTZ, Rolf. A redescoberta da igualdade como condição de justiça. In: FARIA, José Eduardo (Org.). *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros, 2005.

LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. *Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/170091/001052924.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 2, n. 3, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SZYMANSKI, Heloisa; SZYMANSKI, Luciana. O encontro reflexivo como prática psicoeducativa: Uma perspectiva fenomenológica. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 19, n. 1, p. 9-22, jan./jul., 2014.

WILTERMUTH, Scott S.; HEATH, Chip. Sincronia e cooperação. *Ciência Psicológica*, v. 20, n. 1, p. 1-5, 2009.